

# Opinião pública sobre prisão de mulheres por aborto no Brasil:

Resultados de pesquisas  
realizadas entre  
2018 e 2023

Sumário Executivo



# Opinão pública sobre prisão de mulheres por aborto no Brasil: Resultados de pesquisas realizadas entre 2018 e 2023

## Sumário Executivo

### Realização



cesop



### Apoio



Design gráfico:

Amiru, CFEMEA, Miguel Haru, Rita Louzeiro.

# Opinião pública sobre prisão de mulheres por aborto no Brasil:

Resultados de pesquisas realizadas entre 2018 e 2023

Sumário Executivo

## Apresentação

O direito ao aborto é uma das principais demandas históricas dos movimentos de mulheres e feministas na América Latina e Caribe. Neste momento o tema está em efervescência no Brasil: há a possibilidade de o aborto ser descriminalizado pelo Supremo Tribunal Federal e, ao mesmo tempo, parlamentares no Congresso Nacional mais conservador da história ameaçam arrancar os permissivos legais conquistados há anos.

Nesse cenário, **a opinião pública sobre o direito ao aborto no Brasil é um termômetro e instrumento estratégico para a construção de argumentos a respeito do tema.** Pensando na importância desses dados e seus efeitos políticos, o CFEMEA junto ao Observatório de Sexualidade e Política (SPW) e ao Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP/Unicamp) realizaram pesquisa sobre a série histórica das pesquisas de opinião sobre o tema desde 1993. Analisados a partir da perspectiva feminista, os dados falam muito além do que como os brasileiros e brasileiras pensam sobre aborto, mas revelam como o patriarcado está presente na construção das perguntas e na abordagem à população.

Mesmo com esse viés, a sociedade brasileira é menos conservadora sobre o direito ao aborto legal do que se imagina, indo na contramão do que é defendido pelos conservadores “pró-vida” em seus discursos no Congresso. Neste sumário executivo, apresentamos os resultados das análises sobre a opinião a respeito da prisão de mulheres por aborto, aspecto que só passou a ser abordado pelas pesquisas de opinião a partir de 2018, como resultado da pressão dos movimentos feministas – por isso, o período contemplado neste documento é de 2018 a 2023. Além disso, também fazemos uma análise de como pensa o Brasil sobre aborto em comparação a outros países da América Latina e do mundo. O relatório completo, incluindo outros pontos de vista sobre o tema será divulgado em sequência.

Sabemos que **a despenalização social, ou seja, o combate aos estigmas relacionados ao aborto no imaginário popular, é um exercício permanente na luta em defesa da cidadania e da saúde de meninas, mulheres e pessoas que gestam.** Seguimos em luta, com base em evidências, amparando nossas ações e defendendo o campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

**Boa leitura!**

**CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria**

## Introdução

Os dados apresentados nesse sumário provém de exercício mais extenso que examinando um amplo conjunto e pesquisas de opinião realizadas no Brasil, desde 1993, pelo direito ao aborto. O que motiva esse esforço é o entendimento que pesquisas de opinião sobre temas polêmicos – como é o caos do direito ao aborto-- não devem ser interpretadas de maneira isolada temporalmente.

Sua interpretação requer balanços de longo curso que permitam observar tendências e dirimir distorções de resultados obtidos em momentos singulares que, muitas vezes são afetados por eventos ou condições do contexto de debate sobre o assunto. Além disso essas avaliações de curso longo, ou metanálises, também permitem verificar variações nos resultados que estão menos relacionados a mudanças na opinião das pessoas do que à metodologia e perguntas utilizadas (aspecto que será tratado com maior detalhe no último bloco).

A análise em andamento examina um grupo de perguntas que possibilitam comparações temporais no sentido de captar tendências, mas também nuances que são, em geral obliteradas, que se leem os dados das pesquisas isoladas. Esse primeiro relatório apresenta os resultados relativos a uma dessas perguntas, que é a seguinte:  
O(a) Sr.(a) é a favor ou contra: a prisão de mulheres que interrompam a gravidez? Também oferece um balanço de *surveys* internacionais disponíveis que permitem situar os dados de opinião pública sobre direito ao aborto no Brasil em relação ao que acontece no resto do mundo.

## Sobre as pesquisas de opinião brasileiras de onde provém os dados aqui apresentados

As pesquisas fazem parte da série “A Cara da Democracia”, realizada pelo Instituto da Democracia (INCT-IDDC), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia composto por pesquisadores de várias universidades do país e do exterior com sede na UFMG. A série foi financiada pelo CNPq e pela Fapemig. As pesquisas são de amostragem nacional e foram realizadas em 2018, 2019, 2021, 2022 (duas) e 2023 (22-29 de agosto). A margem de erro entre elas pode variar. Os resultados foram publicados recentemente pelo jornal e pelo site de “O Globo”<sup>1</sup>.

Os dados analisados neste relatório foram sistematizados pela equipe do Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp (Cesop/Unicamp), que faz parte do INCT-IDDC.

## Sobre os dados e sua interpretação

O relatório busca descrever os dados e as informações gerais e não faz interpretações definitivas sobre eventuais causas para as variações encontradas. Mas oferece algumas elaborações sobre o contextos políticos relativo ao direito ao aborto em que os dados foram coletados.

Para uso público, os dados contidos nas tabelas e no gráfico abaixo devem ser usados em porcentagens inteiras, realizando os devidos arredondamento. Nas tabelas, estão reportadas apenas as respostas dadas. Não foram inseridas as porcentagens de pessoas que não responderam, por isso as somas não totalizam 100%.

## Sobre a questão

Nas pesquisas, a questão aqui examinada foi apresentada da seguinte maneira:

*Agora vou enumerar uma série de temas debatidos na sociedade brasileira. Gostaria de saber se o(a) Sr.(a) é a favor ou contra: a prisão de mulheres que interrompam a gravidez.*

E as respostas possíveis são as seguintes: a favor; contra; depende (espontânea); não sabe/não respondeu.

É importante observar que, antes de 2018, essa pergunta não foi aplicada por nenhuma outra pesquisa de opinião pública do conjunto que estamos analisando. Mas foi usada em *surveys* informais e pesquisas qualitativas feitas, desde os anos 1980, por organizações e investigadoras feministas. Também foi incluída na pesquisa realizada por Católicas pelo Direito a Decidir (CDD) em parceria com o IBOPE em 2017 e no *survey* IPSOS feita em 2021 sobre Religião e Sexualidade também em parceria com CDD<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Ver: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2023/09/aborto-casamento-gay-e-maioridade-penal-descubra-o-que-pensam-os-brasileiros-sobre-esses-e-outros-temas.ghtml>

<sup>2</sup> O estudo “Percepções sobre aborto e educação sexual”, realizado por Católicas pelo Direito de Decidir e o IBOPE Inteligência, em 2017, investigou o grau de concordância dos(as) entrevistados(as) a respeito da prisão de uma mulher que precisou recorrer ao

## Resultados

A pergunta, **sobre se as mulheres que abortam devem ou não ser presas**, permite captar com maior cuidado as opiniões sobre como a interrupção da gravidez deve ser legalmente tratada, procurando filtrar eventuais confusões entre as convicções morais e éticas dos indivíduos (isto é, se o aborto seria certo ou errado). À diferença da questão “absolutista” sobre ser favorável ou contrária/o à legalização do aborto, essa pergunta permite mensurar o grau de aversão e penalização à interrupção da gravidez ou, dito de outro modo, o grau de empatia com as mulheres que abortam.

Como mostra o gráfico abaixo, na série analisada (2018-2023), **a porcentagem de pessoas entrevistadas que se opõe à prisão das mulheres que abortam sempre foi maior do que a daquelas que querem ver essas mulheres encarceradas**. Ou seja, essas pesquisas detectam um elevado grau de empatia com essas pessoas que decidem interromper uma gestação não planejada. Nos últimos três anos (2021-2023), inclusive, **mais de 50% das e dos brasileiros entrevistados colocou-se contrária à prisão de mulheres que interrompam a gravidez**.

É, ao nosso ver importante situar esse resultado no contexto e clima político do momento em que em essas medidas de opinião foram feitas. O período analisado (2018-2023) se inicia com a eleição de Bolsonaro, cujo governo fez da oposição ao direito ao aborto uma de suas prioridades<sup>3</sup>. Essa pauta foi traduzida em: atos de fala de autoridades públicas; apresentação de inúmeros projetos de lei visando a restrição draconiana do acesso ao aborto legal e pressão para aprovação de proposições legislativas de mesmo teor já em tramitação; diretrizes de política pública em direitos humanos, saúde e, inclusive, política externa<sup>4</sup>.

Como mostra o gráfico, o percentual de pessoas que repudia a prisão caiu ligeiramente em 2019, ou seja no primeiro ano do governo Bolsonaro, para em seguida subir 5 pontos percentuais. Ou seja, **a ampliação dos sentimentos de maior repúdio à prisão e maior empatia com a mulheres que interrompem gestações não planejadas se deu num ambiente radicalmente desfavorável ao aborto**.

Vale lembrar também que, nesse período, ocorreu um acontecimento muito relevante no que diz respeito ao direito ao aborto: o caso da menina de Guriri, no Espírito Santo. Essa menina de onze anos, grávida de um estupro, teve o acesso ao aborto legal obstaculizado, de várias maneiras, inclusive por interferência direta da então Ministra Damares Alves<sup>5</sup>. O caso teve grande repercussão na imprensa e

---

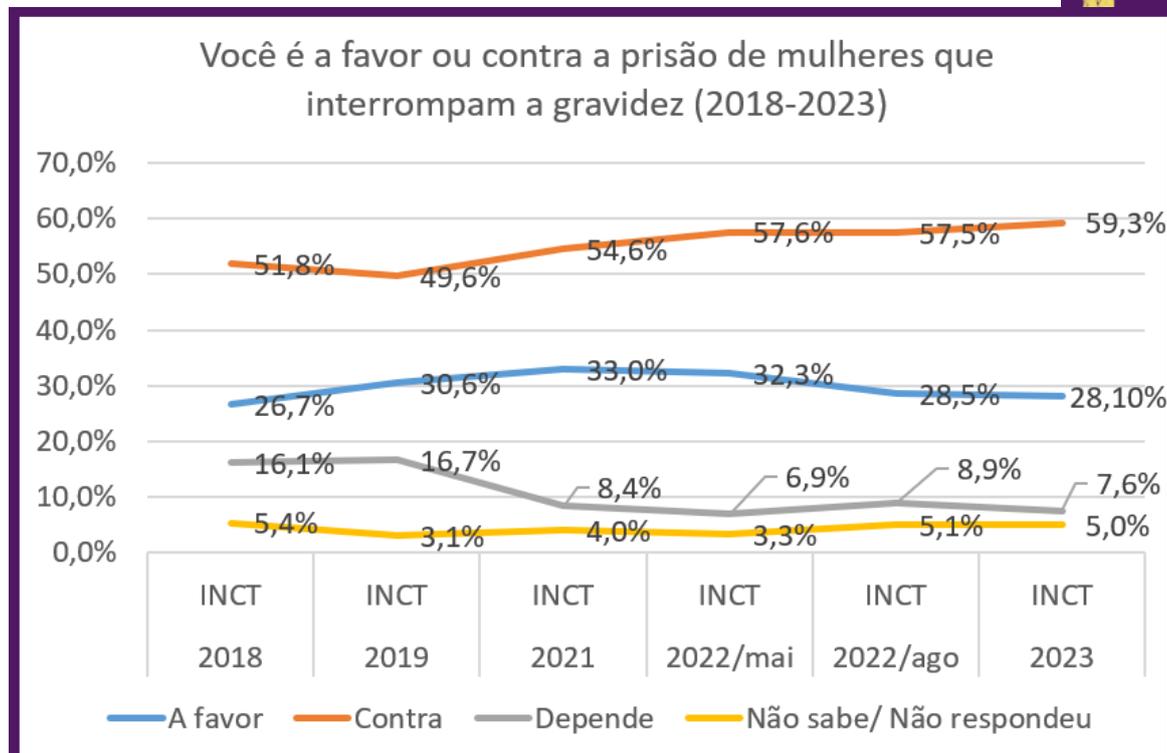
aborto. Aqueles que discordam total ou parcialmente dessa afirmação representaram 64% da amostra. A pesquisa foi realizada entre os dias 16 e 20 de fevereiro de 2017. Foram entrevistados 2002 brasileiros com 16 anos ou mais, em 143 municípios. No Survey IPSOS de 2021, 63% das e dos entrevistados responderam que as mulheres não devem ser presas.

3 O governo Bolsonaro também fez do combate à “ideologia de gênero”, uma de suas prioridades sendo essa uma cruzada que se entrelaça de várias maneiras à oposição ao aborto.

4 O governo Bolsonaro também fez do combate à “ideologia de gênero”, uma de suas prioridades sendo essa uma cruzada que se entrelaça de várias maneiras à oposição ao aborto.

5 Ver <https://sxpolitics.org/ptbr/o-caso-da-menina-do-espírito-santo-sera-este-um-ponto->

redes sociais no Brasil, mas também internacionalmente. Embora não tenham sido feitas medida empíricas no calor da hora é razoável levantar a hipótese de que essa comoção pode ter sido um dos fatores que explica a maior maior aversão ao encarceramento pelo “crime de aborto” que se registrou em seguida.



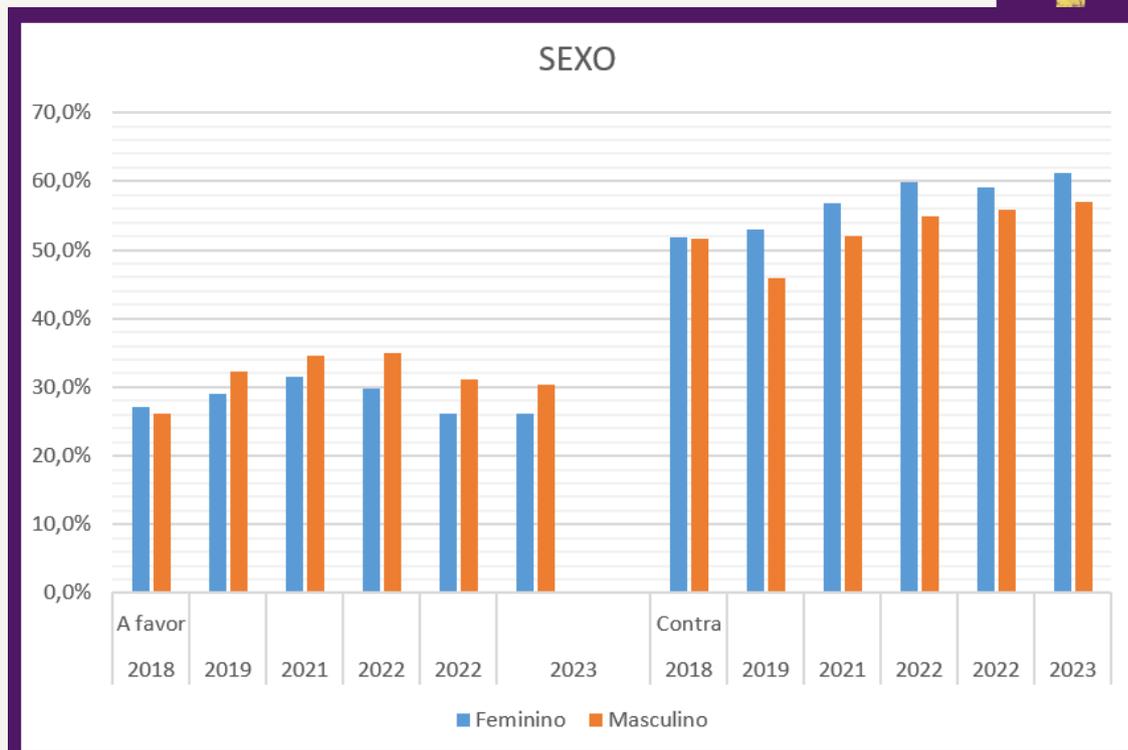
de-inflexao-no-longo-caminho-para-o-direito-ao-aborto-no-brasil/11202 e uma compilação de notícias feita à época [https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2020/12/So%CC%81-ES\\_Clippings.pdf](https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2020/12/So%CC%81-ES_Clippings.pdf)

## Variações entre grupos

Os resultados relativos a essa pergunta foram desagregados por variáveis sócio demográficas clássicas: sexo/gênero, idade, raça/etnia, nível de escolaridade, religião. Como a série analisada não é muito longa (2018-2023) é mais difícil perceber movimentações substantivas no tempo entre os subgrupos.

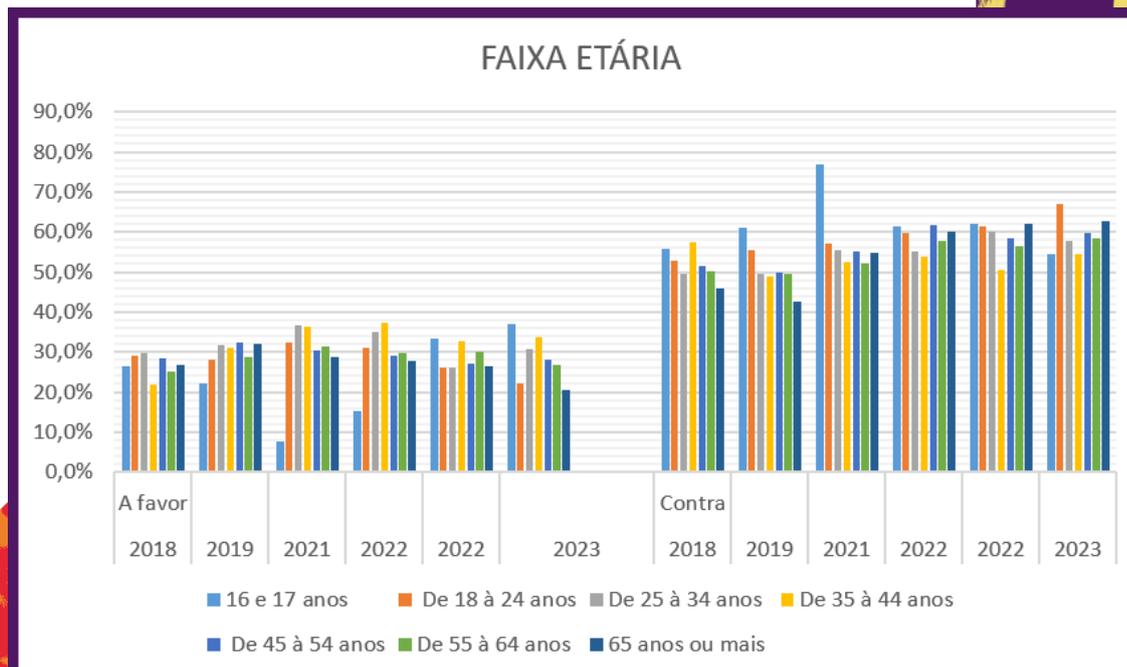
### Com relação a sexo/gênero

Não existem variações nítidas entre os subgrupos. Ou seja, tanto no caso das mulheres como dos homens registra-se a mesma leve, porém contínua, **tendência de crescimento de posição contrária à prisão das mulheres que abortam entre 2019 e 2023.**



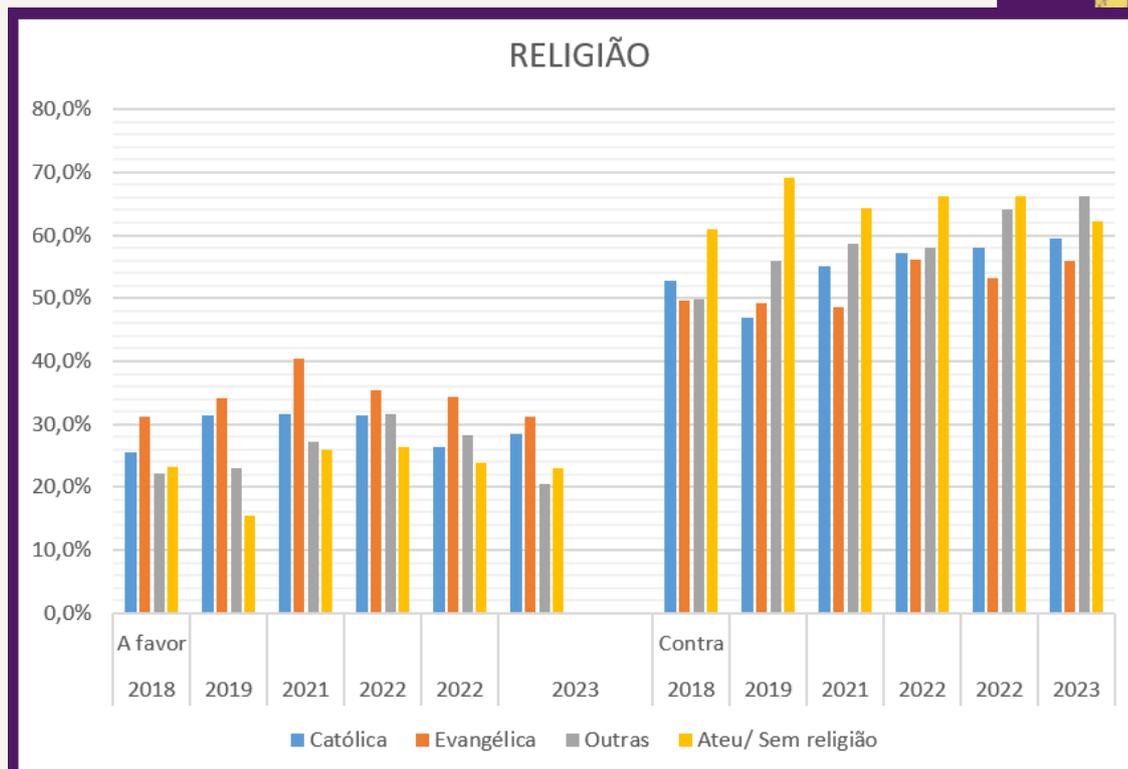
## Com relação a faixa etária

Do ponto de vista tendencial tampouco há variações substantivas: desde 2019, **pessoas de todas as idades vêm expressando uma crescente empatia com mulheres que interrompem gestações não planejadas**. Contudo, há uma variação fora da curva, na **pesquisa de 2021 para o grupo de 16-18 anos cujo repúdio à prisão pelo crime de aborto chega perto de 80%**. Uma vez mais, é razoável sugerir que esse diferencial pode se explicar pela comoção provocada pelo caso de Guriri, que teria suscitado grande empatia com meninas que recorrem ao aborto (e em consequência repúdio ao encarceramento) por parte das pessoas mais jovens.



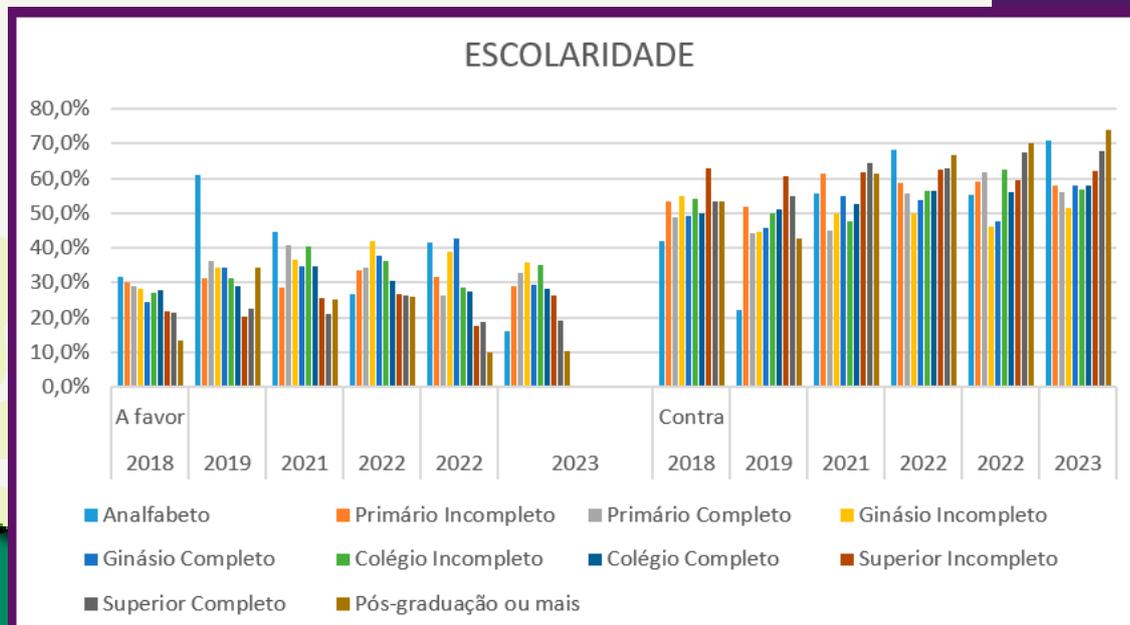
## Com relação à religião

Quando os dados são recortados pela religião das e dos entrevistados (as), nos últimos dois anos (2022-2023), também **se registra uma leve tendência de crescimento na posição contrária à prisão de mulheres que interrompam a gravidez** em todos os subgrupos, **inclusive entre evangélicos**. É importante destacar que, nos últimos dois anos, em **nenhum dos subgrupos religiosos considerados a porcentagem de respondentes manifestando repúdio à prisão/empatia com as mulheres foi inferior a 50%**.



## Com relação à escolaridade

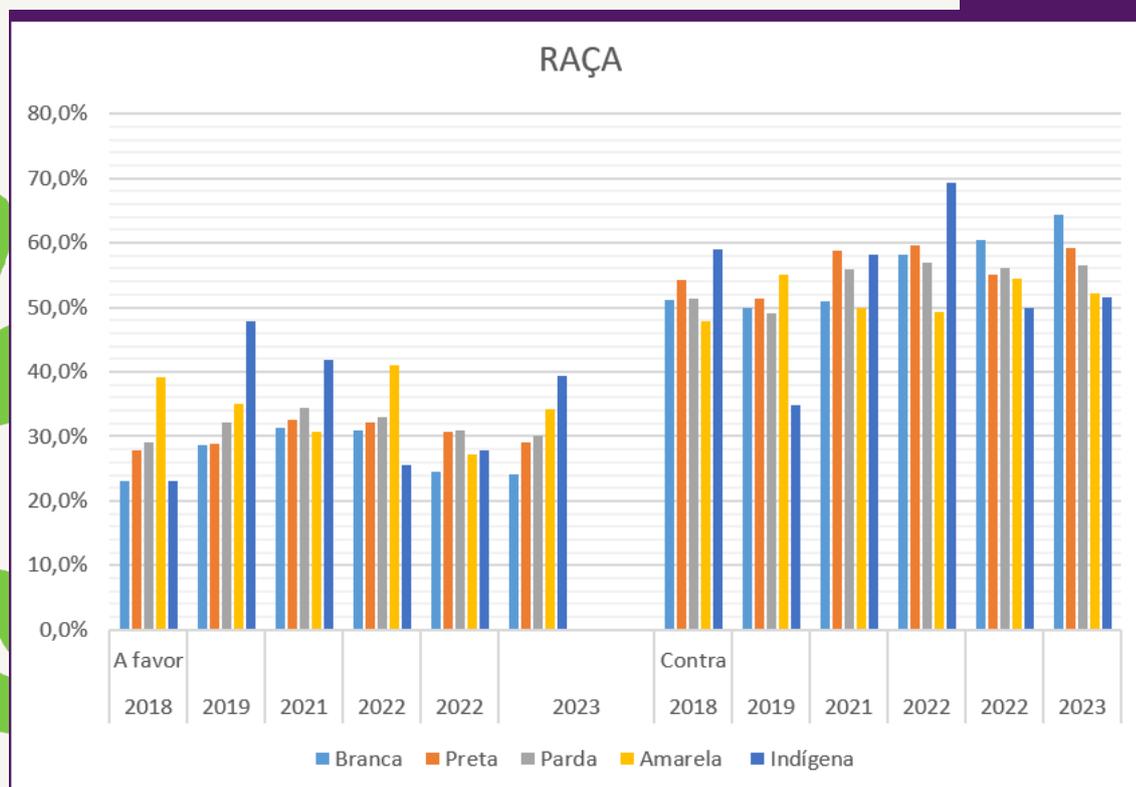
Observa-se, em especial nas últimas três pesquisas (2022-2023), que os subgrupos com maior nível de educação formal foram mais contrários à prisão de mulheres que realizam o aborto. **Em 2023, mais de 60% das e dos entrevistados (a) que concluíram o ensino superior disseram ser contrários à detenção de mulheres que interrompam a gravidez.**



## Com relação à cor/raça

Tampouco é possível discernir padrão claro de mudança comportamental das e dos entrevistados no período 2018-2023, a não ser pelo **crescimento da posição contrária à prisão de mulheres que interrompam a gravidez entre pessoas autodeclaradas brancas, que na última pesquisa atingiu 64%.**

Para concluir, entre 2018 e 2023, os **dados indicam que é cada vez mais sólida na sociedade brasileira a percepção de que a mulheres que interrompem gestações não planejadas não devem ser presas.** Essa tendência é consistente mesmo quando dados são analisados a partir das variáveis sexo, faixa etária, nível de escolaridade, religião e cor/raça. Vale observar, por fim que o esse crescimento de uma posição contrária à prisão das mulheres parece ter ocorrido, sobretudo, a partir da queda da porcentagem dos entrevistados que não sabiam se posicionar, mesmo entre os subgrupos.

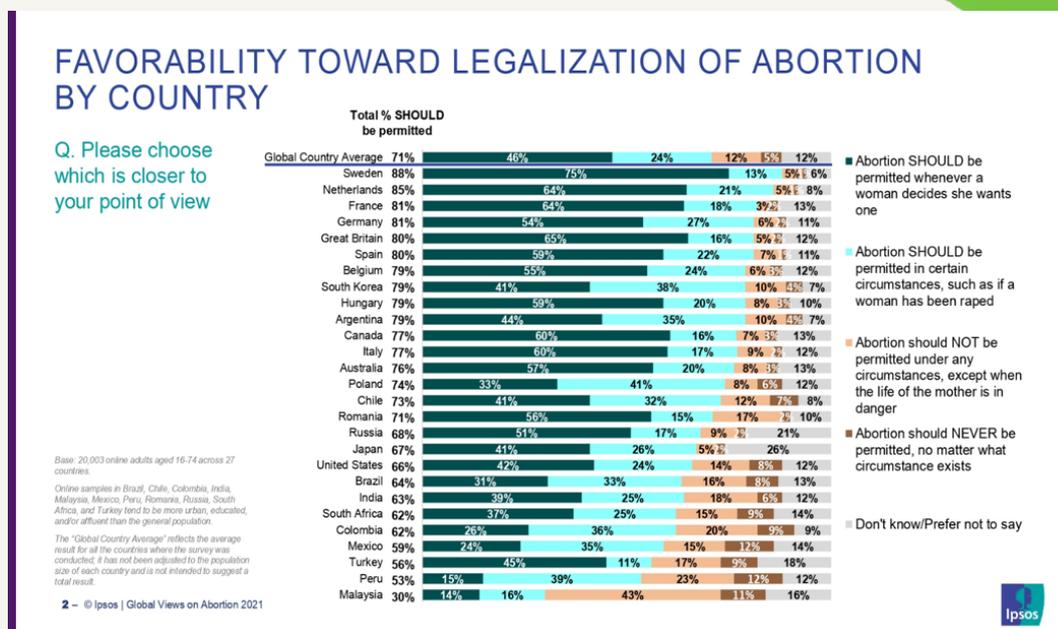


## Opinião sobre o direito ao aborto: o Brasil no mundo

Como os/as brasileiros/as se posicionam em comparação com os/as cidadãos/ãs de outros países acerca do direito ao aborto? Para apresentarmos as opiniões em perspectiva comparada, o exercício também está examinando dados relativos a duas séries de pesquisas internacionais: os estudos realizados pela Corporação Latinobarômetro nos anos de 2002, 2004, 2007 e 2015 e uma série de *surveys* feitos pelo Instituto Ipsos entre 2014 e 2021<sup>6</sup>. Em razão da temporalidade coincidente com os dados analisados a partir das pesquisas brasileira, nesse resumo, apresentamos os resultados relativos a série Ipsos.

O Ipsos realizou sua investigação em 27 países. O instituto perguntou qual das seguintes opções mais se aproximava da visão do respondente: a) o aborto deve ser permitido sempre que a mulher quiser realizá-lo; b) o aborto deve ser permitido em algumas circunstâncias, como em caso de estupro; c) o aborto não deve ser permitido em nenhuma situação, exceto quando a vida da mãe se encontre em risco; d) o aborto não deve ser permitido em nenhuma circunstância. **Em 2021, 31% das e dos entrevistados no Brasil indicaram a primeira opção e segunda opção, ou seja, o aborto deve ser permitido sempre que a mulher quiser realizá-lo e o aborto deve ser permitido em algumas circunstâncias, como em caso de estupro** (Quadro 1).

**Quadro 1. Nível de apoio ao aborto em 27 países (%) (2021)**



Fonte: Instituto Ipsos (Global Views on Abortion, 2021)

Para efeito de análise comparativa, as duas primeiras alternativas de resposta foram agregadas, o que representa 64% e coloca o país na 20ª posição, bem abaixo da média global, que foi de 71%. Mas, numa leitura retrospectiva, **a percepção mais favorável**

6 A partir de 2022, a Ipsos mudou suas questões e a forma de mensurar o apoio ao aborto na sua pesquisa global.

ao direito ao aborto cresceu 11 pontos percentuais entre 2014 e 2021, ficando o Brasil em terceiro lugar entre os países em que a mesma tendência foi registrada (atrás apenas de Argentina (15 p.p.) e Coréia do Sul (20 p.p.) (Quadro 2).

**Quadro 2. Nível de apoio ao aborto em 27 países (2014-2021) (%)**

Total % SHOULD be permitted	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	Change since 2014
Global Country Average*	71	70	70	70	72	75	72	72	-1
Argentina	79	72	71	74	66	66	65	64	15
Australia	76	78	75	74	77	77	75	77	-1
Belgium	79	87	87	83	87	90	85	85	-6
Brazil	64	53	61	57	50	57	52	53	11
Canada	77	77	74	77	77	79	74	76	1
Chile	73	68	-	71	75	73	71	65	8
Colombia	62	-	-	-	-	-	-	-	-
France	81	84	86	84	86	90	88	90	-9
Germany	81	76	82	77	84	84	83	85	-4
Great Britain	80	83	84	76	82	86	84	85	-5
Hungary	79	78	78	81	84	83	77	79	0
India	63	63	64	64	68	70	63	61	2
Italy	77	70	73	73	71	74	74	73	4
Japan	67	66	65	62	60	65	67	67	0
Malaysia	30	24	28	27	-	-	-	-	-
Mexico	59	64	62	59	57	58	49	51	8
Netherlands	85	83	-	-	-	-	-	-	-
Peru	53	48	50	53	49	53	-	-	-
Poland	74	69	74	71	-	-	-	-	-
Romania	71	-	-	-	-	-	-	-	-
Russia	68	69	65	65	66	62	65	59	9
South Africa	62	64	80	84	80	80	77	74	-12
South Korea	79	79	61	56	58	71	56	59	20
Spain	80	83	84	80	83	86	86	88	-8
Sweden	88	88	84	88	87	93	87	91	-3
Turkey	56	56	58	64	63	72	68	71	-15
United States	66	64	68	68	68	69	68	64	2

**FAVORABILITY TOWARD LEGALIZATION OF ABORTION BY COUNTRY SINCE 2014**

**SUMMARY TABLE**

Base: 20,003 online adults aged 16-74 across 27 countries.  
Online samples in Brazil, Chile, Colombia, India, Malaysia, Mexico, Peru, Romania, Russia, South Africa, and Turkey tend to be more urban, educated, and affluent than the general population.  
The "Global Country Average" reflects the average result for all the countries where the survey was conducted; it has not been adjusted to the population size of each country and is not intended to suggest a total result.

© Ipsos | Global Views on Abortion 2021

\* All countries listed in this table that were surveyed that year



Fonte: Instituto Ipsos (Global Views on Abortion, 2021). Para o Brasil, pesquisa on-line.

No Quadro 3, é possível observar que a ampliação de percepções mais positivas sobre o direito ao aborto coloca o Brasil bem mais próximo da média global. Esses dados são muito positivos, mas é importante ressaltar que as sondagens da Ipsos são feitas por telefone e internet e, portanto, têm uma sobrerrepresentação de pessoas mais ricas, educadas e que vivem em centros urbanos em relação à composição geral da população brasileira. Por essa razão devem ser analisados comparativamente, na relação entre os países e no que diz respeito à variação no tempo – e não de forma absoluta.

## Considerações conceituais e metodológicas

Conforme já mencionado, aferir e interpretar opinião sobre temas polêmicos como o direito ao aborto é sempre um desafio e exige muita cautela. Quando defrontadas com perguntas sobre esse tipo de questão – que mobilizam afetos, crenças e moralidades – as pessoas entrevistadas tendem a aderir às normas existentes ou aos consensos morais sobre a matéria. Ademais, os resultados podem sofrer interferências do próprio desenho do questionário, como por exemplo a formulação das perguntas. Não menos importante, as opiniões variam segundo os contextos políticos nos quais as questões estão inseridas, ou seja, são afetadas por eventos e debates relacionados em torno a elas.

No que diz respeito a aspectos metodológicos, **perguntar se a pessoa é a favor ou contra o aborto, em termos genéricos, é diferente de estabelecer algumas possibilidades para que ele aconteça, como a má-formação do feto ou o tempo de gestação.** Isso dificulta o/a respondente a um exercício diferente de racionalização e reflexão que poderia resultar em respostas mais nuançadas. Outra possibilidade é que um evento específico, como um caso muito rumoroso na mídia, acabar exercendo algum efeito nas respostas, especialmente por parte de pessoas que não têm posição clara sobre o assunto. A saliência do tema em determinados períodos, como durante campanhas eleitorais, em que pode haver muita polarização no eleitorado, também pode levar a variações na percepção dos/as cidadãos/ãs sobre o direito ao aborto.

Em que pesem todas essas dificuldades de análise, as pesquisas de opinião de tipo *survey*, quando bem realizadas e com amostras bem construídas, são fundamentais para a compreensão das mudanças nas percepções dos/as cidadãos/ãs sobre temas políticos e sociais. **O argumento deste relatório é que seus resultados devem ser lidos com cuidado e precisam levar em conta que eventuais mudanças de percepção, seja numa direção ou em outra, demoram a acontecer.**

Por fim, é importante notar que variações mais substantivas podem ocorrer no caso de subgrupos específicos, ao longo do tempo. Mas elas tendem a desaparecer quando se olham os números agregados, porque variações contrárias em outros grupos podem compensar as alterações observadas. Por exemplo, **pode haver diferenças no posicionamento das e dos cidadãos com relação à possibilidade de realização de aborto legal, por faixas etárias, ao longo do tempo.** Os jovens passam a ser cada vez mais favoráveis enquanto pessoas mais velhas passam a ser menos favoráveis, o que no agregado anula a mudança positiva. Ou seja, essas transformações que são muito importantes para identificar tendências desaparecem no conjunto. Por essa razão é muito importante conhecer e interpretar os resultados desagregados pelas variáveis já mencionadas (sexo/gênero, idade, escolaridade, região do país, religião e raça/cor).

“A análise de longo curso que estamos fazendo busca, na medida do possível, apresenta um panorama mais detalhado e matizado da opinião das brasileiras/os sobre o direito ao aborto nos últimos 30 anos, de modo a permitir tanto análise de tendência de longo curso quanto nuances e variações contextuais e relativas a grupos sociais específicos. Esse enquadramento é, ao nosso ver, necessário para escapar de vieses interpretativos muito frequentes. Como, por exemplo, leituras de pesquisas de opinião feitas em contextos políticos singulares, que interpretam os dados como refletindo um conservadorismo essencial (e imutável) da sociedade brasileira sobre a questão. Ou então, as análises que desconsideram o efeito que as perguntas feitas têm sobre as respostas. **Um caso clássico é a diferença entre perguntar se a pessoa é *Contra ou a favor da legalização do aborto?*, ou se a ela é oferecida a pergunta que foi objeto de análise nesse breve relatório: *Você é ou não a favor que mulheres que abortam sejam presas?***”

## Realização



## Apoio

